

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ

# Termo de Referência 80/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
80/2025	200356-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ	CRISTINA TEIXEIRA DE VASCONCELOS	13/11/2025 10:26 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08455.019146/2025-59

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08455.019146/2025-59)

### TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de *reagentes e materiais de consumo*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e demais anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT	MAT DE MEDIDA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Flaconete de água destilada estéril de 10 mL - (água para injeção)	315056	UNIDADE	400		0,23	92,00
2	ISwab de corpo flexível com ponta única. Tamanho: 14 cm Haste: plástico Embalagem: individual Esterilizado por Óxido de Etileno Certificado pela ANVISA	396142	UNIDADE	2500		0,19	475,00
3	Papel indicador de pH universal. Com escala de cores. Faixa de pH = 0 à 14	412644	pacote (c/ 100 unidades)	1		21,00	21,00
4	Luvax nitrílicas sem pó. Tamanho: grande	302072	caixa (c/ 100 unidades)	40		19,15	766,00
5	Luvax nitrílicas sem pó. Tamanho: média	450345	caixa (c/ 100 unidades)	20		21,97	439,40
6	Luvax nitrílicas sem pó. Tamanho: pequeno	450346	caixa (c/ 100 unidades)	40		19,38	387,60
7	Luvax nitrílicas sem pó. Tamanho: GG	619821	caixa (c/ 100	20		19,38	387,60

			unidades)			
			pacote (c/			
8	Saco plástico transparente Tamanho: 24 X 6 cm Material: Polietileno	362667	1000	4	15,83	63,32
			unidades)			
9	Frascos de vidro com batoque e tampa de rosca Cor: âmbar Tamanho: 50 mL	409441	unidades	500	3,28	1.640,00
10	Microtubo tipo Eppendorf com tampa acoplada Tamanho: 2 mL Cor: transparente Material: PE	451047	unidades	3000	0,17	510,00
11	Bobina de papel branco Tamanho: 60 cm X 50 m Gramatura mínima 80 g/m2	467084	unidades	5	116,45	582,25
12	Pipeta Pasteur de plástico com bulbo. Tamanho: 3 mL. Com graduação.	417814	unidades	1000	0,16	160,00
13	Estilete largo Tipo de lâmina: reta. Tamanho: 18 x 8 cm. Material do cabo: metal Sistema: com trava e retrátil Tipo de lamina: reta em aço carbono	437835	unidades	4	2,09	8,36
14	Lâmina reta de estilete Dimensão: 100 X 18 mm Largura da lâmina: 18 mm Material: aço carbono	427106	unidades	40	2,23	89,20
15	Tubo Falcon de plástico Material: polipropileno Tamanho: 50 mL.	409759	unidades	100	1,33	133,00
16	Tubo Falcon de plástico Material: polipropileno Tamanho: 25 mL.	409759	unidades	100	2,59	259,00
17	Tubo Falcon de plástico Material: polipropileno Tamanho: 10 mL.	409760	unidades	50	0,55	27,50
18	Agulha Hipodérmica Descartável Tamanho: 25x0,70 mm Modelo: 22 G 1 Material: aço inoxidável	397505	unidades	500	0,20	100,00
19	Tubo capilar sem heparina Diâmetro interno: 1,0 a 1,1 mm Material: vidro	414714	caixa (c/ 500 unidades)	10	19,45	194,50
20	Algodão hidrófilo em rolo de 500g	279726	embalagens (c/ 500g)	4	13,80	55,20
21	Bequer/becher de vidro Griffin Tamanho: 250 mL. Com graduação Material: borossilicato Cor: Incolo	419771	unidades	10	6,38	63,80
22	Bequer/becher de vidro Griffin Tamanho: 500 ou 600 mL. Com graduação Material: borossilicato Cor: Incolor	408285	unidades	10	8,50	85,00
23	Bequer/becher de vidro Griffin Tamanho: 1000 mL. Com graduação Material: borossilicato Cor: Incolo	408271	unidades	5	15,00	75,00
24	Jaleco de algodão unissex – sem bordado. Tamanho: grande Manga: longa Fechamento: botão Punho: em barra Cor: branco	443244	unidades	5	59,95	299,75
25	Jaleco de algodão unissex – sem bordado. Tamanho: médio Manga: longa Fechamento: botão Punho: em barra Cor: branco	443245	unidades	10	70,00	700,00
26	Jaleco de algodão unissex – sem bordado. Tamanho: pequeno Manga: longa Fechamento: botão Punho: em barra Cor: branco	443246	unidades	2	69,50	139,00
27	Jaleco de algodão unissex – sem bordado. Tamanho: pequeno Manga: longa Fechamento: velcro Punho: com elástico Cor: branco	378813	unidades	2	48,99	\$ 97,98
28	Jaleco de algodão unissex – sem bordado. Tamanho: médio Manga: longa Fechamento: velcro Punho: com elástico Cor: branco		unidades	2	63,95	127,90
29	Jaleco de polipropileno – sem bordado. Tamanho: grande Manga: longa Fechamento: transpasse lateral c/ tripla amarração Punho: com elásti	392735	pacote (c/ 10 unidades)	1	49,89	49,89
30	Pera de sucção de borracha Tamanho: único	417364	unidades	5	18,05	90,25
31	Pipetador de volumes manual Volume: 10 mL Ajuste: roldana 4	408655	unidades	3	21,19	63,57
32	Borrifador/pulverizador de reagente para cromatografia Tamanho: 25 mL Material: vidr	250954	unidades	4	284,00	1.136,00
33	Rolo de plástico bolha. Tamanho: 1,30m x 100 m	220986	unidades	7	93,50	654,50
34	Termômetro - Termômetro deverá ser de líquido em vidro, com enchimento de Hg. Os termômetros devem abranger essa faixa de temperatura. Escala mínima: interna / - 10°C a + 310°C; Divisão: 1°C; Capilar: transparente; enchimento: Hg; Material: vidro; Comprimento >= 320 mm; Imersão: total; Limite de erro: até 210°C: ±1	440188	unidades	1	159,00	159,00
35	Termômetro - Termômetro de líquido em vidro, com enchimento de Hg. Os termômetros devem abranger essa faixa de temperatura. Escala mínima : interna / - 10°C a + 250°C; Divisão: 1°C; Capilar: transparente; enchimento: Hg; Material: vidro; Diâmetro: 7-8 mm; Comprimento: >= 300 mm; Imersão: total; Limite de erro: · até 210°C: ±1	456177	unidades	2	119,20	238,40
	Termômetro - Termômetro de líquido em vidro, com enchimento de Hg. Os termômetros devem abranger essa faixa de temperatura. Escala mínima:					

36	interna / - 20°C a + 102°C; Divisão: 1°C; Capilar: transparente; enchimento: Hg; Material: vidro; Comprimento >= 322 mm; Imersão: total; Limite de erro: · até 210°C: ±1	305676	unidade	1	68,82	68,82
37	Éter etílico P.A CATMAT 352742 Aspecto físico: líquido límpido, incolor, odor característico. Peso Molecular: 74,12g/mol Pureza mínima de 99,5%, Número de referência química CAS 60-29-7. Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro	352742	litro	20	110,57	2.211,40
38	Ácido clorídrico P.A - ACS CATMAT 347336 Aspecto físico: líquido límpido, incolor. Peso Molecular: 36,46 g/mol Número de referência química CAS 7647-01-0 Fórmula química: HCl, teor mínimo ≥ 37% Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro	347336	litro	2	42,25	84,50
39	Clorofórmio P.A CATMAT - 380869 Aspecto físico: líquido límpido, incolor. Peso Molecular: 119.38 g/mol Pureza mínima ≥ 99,8% Número de referência química CAS 67-66-3 Fórmula química CHCl. Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro	380869	litro	6	61,65	369,90
40	Diclorometano P.A CATMAT - 346521 Aspecto físico: líquido límpido, incolor, odor adocicado. Peso Molecular: 84.93 g/mol Pureza mínima ≥ 99,5% Número de referência química CAS : 75-09-2. Fórmula química: CH2Cl2 Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro	346521	litro	6	40,99	\$ 245,94
41	Ácido Nítrico concentrado - P.A CATMAT - 356173 Aspecto físico: líquido límpido, incolor, leves fumos, praticamente inodoro Peso Molecular: 63.01 g /mol Teor mínimo ≥ 65.0% Número de referência química CAS : 7697-37- 2 Fórmula química: HNO3 Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro	356173	litro	1	73,72	73,72
42	Ácido Cloroaurico III tri-hidratado - P.A CATMAT - 355837 Aspecto físico: Cristais amarelos/vermelhos com protuberâncias Peso Molecular: 393.83 g /mol g/mol Pureza mínima de ≥ 95.0% Número de referência química CAS : 16961- 25-4 Fórmula química: AuClH * 3 HO Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro ou plástico	355837	g	2	682,80	1.365,60
43	Hidróxido de Sódio – pastilha/lentilhas - P.A CATMAT - 378590 Aspecto físico: sólido, branco e inodoro Peso Molecular: 40 g/mol Pureza mínima ≥ 95.0% Número de referência química CAS : 1310-73- 2 Fórmula química: NaOH Validade mínima: 3 anos Recipiente de plástic	378590	kg	1	51,07	51,07
44	Hexano - Mistura de isômeros. CATMAT - 354573 Aspecto físico: líquido, incolor e odor semelhante ao hidrocarboneto. Peso Molecular: 86.18g/mol Pureza mínima de ≥ 95.0% Faixa de destilação, 760mmHg, °C: 60~70. Número de referência química CAS : 110-54-3 Fórmula química: C6H14 Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro	354573	litro	5	36,95	184,75
45	Fast Blue Salt B CATMAT - 352706 Aspecto físico: pó azul escuro. Peso Molecular 475.47 g/mol Pureza mínima ≥ 95.0% Número de referência química CAS : 14263- 94-6 Fórmula química: C14H12Cl4N4O2Zn Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro	352706	g	15	112,90	1.693,50
46	Ácido Sulfúrico CATMAT - 348803 Aspecto físico: líquido, incolor e inodoro Peso Molecular 98.08 g/mol Pureza mínima de ≥ 95.0% Número de referência química CAS : 7664-93- 9 Fórmula química: H2SO4 Validade mínima: 3 anos Recipiente de vidro	348803	litro	1	80,70	80,70
47	Caixa coletora para material perfurocortante - Capacidade total: 13	623109	unidade	20	5,10	102,00
48	Pinça metálica Tamanho: 20 cm Ponta: reta	431725	unidade	10	52,52	525,20
49	Pinça metálica Tamanho: 20 cm Ponta: curva	437386	unidade	10	34,83	348,30
50	Saco plástico transparente em bobina Tamanho: 40 X 30 cm Material: Polietileno	243160	bobina (c/ 500 unidades)	4	22,30	89,20
TOTAL ESTIMADO						

1.2. O(s) bem(ns) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de um ano contados da nota de empenho na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1 A presente aquisição visa atender às necessidades operacionais e técnico-científicas do Laboratório de Química Forense da Polícia Federal, no que se refere à aquisição de reagentes químicos, necessários aos exames de química forenses realizados no laboratório de química do SETEC, e materiais de consumo laboratoriais, essenciais à execução das atividades periciais, considerando-se que:

2.1.1 entre os insumos previstos estão: luvas nitrílicas descartáveis, frascos tipo flaconetes, tubos de ensaio, hastes com swab estéril, clorofórmio, entre outros reagentes e consumíveis utilizados em rotinas analíticas de detecção, identificação e quantificação de substâncias químicas, incluindo drogas ilícitas, explosivos, solventes e outros compostos de interesse criminal;

2.1.2 a demanda justifica-se pela natureza contínua e imprevisível das perícias químicas forenses, sendo indispensável a pronta disponibilidade desses materiais para garantir a agilidade e a precisão das análises, bem como a fidedignidade dos laudos periciais emitidos, que subsidiam investigações criminais e processos judiciais;

2.1.3 a utilização de materiais específicos e de qualidade compatível com os padrões exigidos em perícia forense é fundamental para assegurar a reprodutibilidade, segurança e integridade dos exames laboratoriais, bem como o cumprimento das normas técnicas e de biossegurança.

2.1.4 a aquisição ora proposta visa também evitar a interrupção das atividades laboratoriais por falta de insumos básicos, o que comprometeria diretamente a função institucional da Polícia Federal na produção da prova técnico-científica

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência..

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, bem como:

3.2 A escolha pela aquisição direta de insumos laboratoriais diversos, em vez de contratação de serviço terceirizado ou locação de kits prontos, justifica-se pela necessidade de flexibilidade e controle técnico rigoroso dos procedimentos laboratoriais, típicos da atividade pericial forense.

3.3 Os reagentes e materiais solicitados são de uso contínuo, com consumo variável e imprevisível;

3.4 A solução escolhida é tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com os padrões de qualidade exigidos pelas normas periciais.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos requisitos para a aquisição dos reagentes e materiais descritos neste Termo de Referência, a contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, indispensáveis para o pleno funcionamento das rotinas do Laboratório de Química Forense:

4.1.1 Especificação dos itens: os materiais e reagentes deverão apresentar qualidade técnica compatível com uso laboratorial forense, observando as seguintes características: - Luvas nitrílicas descartáveis: tamanhos variados, sem pó, resistentes a produtos químicos, com certificação para uso laboratorial. - Swab estéril com haste plástica ou de madeira: embalados individualmente, estéreis, utilizados para coleta de amostras. - Frascos tipo flaconetes: em vidro âmbar ou transparente, com tampa rosqueável e vedação interna, volumes variados (ex: 5 mL, 10 mL, 20 mL), apropriados para armazenamento de amostras e reagentes. - Tubos de ensaio e frascos de coleta: compatíveis com centrifugação e autoclavagem, quando necessário. - Reagentes analíticos (ex: clorofórmio, ácido acético, éter etílico, etc.): grau analítico (PA), com controle de pureza, embalados e rotulados conforme

normas da ANVISA e da ABNT. - Etiquetas de segurança, ponteiras, béqueres, pipetas, papel pH e outros consumíveis laboratoriais comuns. UASG 200356 2 de 5

4.1.2. Condições de fornecimento: - Os itens deverão ser entregues em embalagens seguras e adequadas, com identificação do lote, validade e procedência. - Prazo de validade mínimo conforme Termo de Referência. - Fornecimento único ou parcelado, conforme necessidade da unidade requisitante. - Transporte em condições compatíveis com a natureza do produto, especialmente para substâncias químicas controladas ou inflamáveis.

4.1.3. Conformidade técnica e regulatória - Todos os produtos devem obedecer às normas de biossegurança, de boas práticas laboratoriais, e às diretrizes de controle de substâncias sujeitas a fiscalização. - Reagentes químicos devem ser acompanhados de ficha de segurança (FISPQ) e rótulo conforme legislação vigente. - Itens sujeitos a controle especial (como o clorofórmio) devem ser fornecidos por empresas devidamente autorizadas por órgãos competentes (ANVISA, Polícia Federal, Exército, conforme o caso).

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Av. Rodrigues Alves nº 1, Centro – Rio de Janeiro, CEP: 20081-250

#### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

*6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações*

*acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

## **Preposto**

6.6. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **Fiscalização Administrativa**

**6.15.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.6. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato, ou onstrumento equivalente.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 dias úteis. 75. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

7.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

## **Liquidação**

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.1 o prazo de validade;

7.12.2 a data da emissão;

7.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.12.5 o valor a pagar; e

7.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022. 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores



devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

7.26 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **10 % (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: dispensa de licitação para a aquisição de bens com valor inferior a R\$ 54.000,00.

9.2. **O fornecimento do objeto será integral.**

### Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## **Qualificação Técnica:**

**9.31 Declaração do fornecedor de que os produtos ofertados atendem às especificações técnicas constantes no Termo de Referência.**

**9.32 Quando aplicável: Catálogo técnico ou ficha técnica dos materiais.**

**9.33 Se o material for controlado (ex: reagentes químicos específicos): comprovação de autorização de funcionamento pela Anvisa ou outro órgão regulador competente.**

**9.34 Registro ou comprovação de fornecimentos anteriores similares, se necessário.**

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 18.373,20 (dezoito mil trezentps e setenta e três reais e vinte centavops), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2025

MICHEL DOS SANTOS BITANA

Membro da comissão de contratação

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024 )

\*\*\* NÃO SE APLICA A ESTA CONTRATAÇÃO \*\*\*

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MICHEL DOS SANTOS BITANA**

Membro da comissão de contratação

**CRISTINA TEIXEIRA DE VASCONCELOS**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 10:26:15.